

Período - 01/09/2024 a 26/09/2024

BRASIL

Decreto Federal nº 12.189, de 20 setembro 2024 - UNIÃO

Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E/OU UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Risco de multa

Ambiental

Decreto Federal nº 3.298, de 20 dezembro 1999 - UNIÃO

Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

RECURSOS HUMANOS

PCD - PESSOA COM DEFICIENCIA

Risco de fiscalização

Governança

Instrução Normativa Federal nº 137, de 06 setembro 2024 - INSS

Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

RECURSOS HUMANOS

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

Risco de fiscalização

Social

Instrução Normativa Federal nº 6, de 17 setembro 2024 - MIN. DO TRABALHO E EMPREGO / BR

Dispõe sobre a implementação da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que trata sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, regulamentada pelo Decreto nº 11.795, de 23 de novembro de 2023, e pela Portaria MTE nº 3.714, de 24 de novembro de 2023.

RECURSOS HUMANOS

EMPREGADOS - CLT

Risco de fiscalização

Social

Portaria Federal nº 18, de 13 setembro 2024 - MIN. DO TRABALHO E EMPREGO / BR

Estabelece no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, bem como dispõe sobre as regras que lhes são aplicáveis.

RECURSOS HUMANOS

EMPREGADOS - CLT

Risco de fiscalização

Social

Portaria Conjunta Federal nº 49, de 30 agosto 2024 - INSS

Disciplina a operacionalização do pedido de prorrogação de benefícios por incapacidade temporária.

RECURSOS HUMANOS

EMPREGADOS - CLT

Risco de fiscalização

Social

Resolução RDC Federal nº 902, de 06 setembro 2024 - ANVISA / BR

Dispõe sobre a inclusão de declaração sobre nova fórmula na rotulagem de produtos sujeitos à vigilância sanitária quando da alteração de sua composição.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO

Risco de fiscalização

Governança

Lei Federal nº 14.968, de 11 setembro 2024 - UNIÃO

Aperfeiçoa a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores; adequa o prazo de concessão de incentivos e de estímulo à tecnologia nacional; cria o Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon); e altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO

Oportunidade
Governança

Portaria Federal nº 2.216, de 04 julho 2023 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Define procedimentos para o envio de alertas à população sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais de proteção e defesa civil, e para utilização do sistema Interface de Divulgação de Alertas Públicos (IDAP).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Risco de fiscalização
Ambiental

Portaria Federal nº 3.165, de 20 setembro 2024 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Altera a Portaria MIDR n. 2.216, de 4 de julho de 2023, que define procedimentos para o envio de alertas à população sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais de proteção e defesa civil, e para utilização do Sistema Interface de Divulgação de Alertas Públicos (IDAP).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Risco de fiscalização
Ambiental

Portaria Federal nº 1.630, de 25 setembro 2024 - MIN. DO TRABALHO E EMPREGO / BR

ALTERA a Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

RECURSOS HUMANOS
EMPREGADOS - CLT

Risco de fiscalização
Social

Decreto Federal nº 12.173, de 11 setembro 2024 - UNIÃO

Dispõe sobre o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e sobre o Centro Integrado Multiagência de Coordenação Operacional Federal.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA
Risco de fiscalização
Ambiental

Despacho Federal nº 1, de 03 setembro 2024 - EXECUTIVO

Estabelece diretrizes para promoção da descarbonização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA
Não aplicável
Ambiental

Decreto Federal nº 12.199, de 24 setembro 2024 - UNIÃO

Promulga a Emenda de Banimento à Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotada durante a Terceira Reunião da Conferência das Partes, em Genebra, entre os dias 18 e 22 de setembro de 1995.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS PERIGOSOS - CLASSE I
Risco de fiscalização
Ambiental

Portaria Federal nº 902, de 09 setembro 2024 - Ministério da Educação

Institui a Rede Nacional de Certificação Profissional no âmbito do Ministério da Educação - Rede Certifica.

EDUCAÇÃO
PARTICIPAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Oportunidade
Governança

Portaria Federal nº 802, de 19 setembro 2024 - MIN. MINAS E ENERGIA

Divulgar, para Consulta Pública, propostas referentes às metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis de que trata o art. 6º da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para o decênio de 2025 a 2034, na forma do Anexo.

EMISSÕES ATMOSFÉRICAS
EMISSÕES DE CARBONO EM GERAL
Risco de fiscalização
Ambiental

Resolução Federal nº 329, de 23 agosto 2024 - CFQ

Dispõe sobre a atuação do profissional da Química na área do controle e monitoramento da qualidade do ar de ambientes internos ou externos, públicos ou privados.

EMISSÕES ATMOSFÉRICAS
EMISSÕES DE CARBONO EM GERAL
Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Federal nº 9.394, de 20 dezembro 1996 - UNIÃO

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

Lei Federal nº 14.986, de 25 setembro 2024 - UNIÃO

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de MULHERES que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

Lei Federal nº 14.963, de 05 setembro 2024 - UNIÃO

Dispõe sobre a identificação de produtos alimentícios artesanais de origem vegetal; e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA ALIMENTÍCIA E/OU COSMÉTICOS

Risco de fiscalização

Governança

Portaria Federal nº 37, de 27 janeiro 2024 - SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

Estabelece regras sobre penalidades administrativas no planejamento das contratações e quanto aos procedimentos e critérios para dosimetria na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Risco de multa

Governança

Resolução RDC Federal nº 903, de 06 setembro 2024 - ANVISA / BR

Dispõe sobre os procedimentos para a transferência de titularidade de registro de produtos sujeitos à vigilância sanitária, transferência global de responsabilidade sobre ensaio clínico e atualização de dados cadastrais relativos ao funcionamento e certificação de empresas, em decorrência de operações societárias ou operações comerciais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
DIREITO DOS ACIONISTAS

Risco de fiscalização

Governança

Decreto Federal nº 7.381, de 02 dezembro 2010 - UNIÃO

Regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
GESTÃO DE REQUISITOS SOCIOAMBIENTAIS

Risco de fiscalização

Governança

Lei Federal nº 11.771, de 17 setembro 2008 - UNIÃO

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

GESTÃO DE REQUISITOS SOCIOAMBIENTAIS

Risco de fiscalização

Governança

Lei Federal nº 14.978, de 18 setembro 2024 - UNIÃO

Altera as Leis nºs 7.064, de 6 de dezembro de 1982, 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para promover a modernização do turismo; dispõe sobre a transferência de empregados da Infraero; revoga o Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, e a Lei nº 6.513, de 20 de dez

GOVERNANÇA CORPORATIVA

GESTÃO DE REQUISITOS SOCIOAMBIENTAIS

Risco de fiscalização

Governança

Resolução RDC Federal nº 922, de 19 setembro 2024 - ANVISA / BR

Proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, dos termômetros e esfigmomanômetros com coluna de mercúrio.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)

Risco de fiscalização

Governança

Lei Federal nº 14.981, de 20 setembro 2024 - UNIÃO

Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública; autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica a mutuários afetados com perdas materiais nas áreas atingidas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024; altera as Leis nºs 13

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CODIGO DE ÉTICA E CONDUTA - PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Risco de fiscalização

Governança

Lei Federal nº 14.977, de 18 setembro 2024 - UNIÃO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a produção, por laboratórios farmacêuticos de natureza pública, de princípios ativos destinados ao tratamento de doenças determinadas socialmente.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)
Risco de fiscalização
Governança

Instrução Normativa Federal nº 320, de 19 setembro 2024 - ANVISA / BR

Regulamenta o parágrafo único do art. 3º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 830 de 6 de dezembro de 2023 e estabelece os agrupamentos de famílias permitidos para regularização de dispositivos médicos para diagnóstico in vitro.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)
Risco de fiscalização
Governança

Instrução Normativa Federal nº 319, de 19 setembro 2024 - ANVISA / BR

Regulamenta a documentação necessária para o protocolo de registro de radiofármaco.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)
Risco de fiscalização
Governança

Resolução RDC Federal nº 925, de 19 setembro 2024 - ANVISA / BR

Dispõe sobre requisitos para fabricação, comercialização, importação e exposição ao uso de dispositivos médicos personalizados.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)
Risco de fiscalização
Governança

Lei Federal nº 14.967, de 09 setembro 2024 - UNIÃO

Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DO SISTEMA FINANCEIRO
Risco de fiscalização
Governança

BRASIL > Acre

Decreto Estadual nº 11.539, de 28 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre o Programa Não se Cale.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Risco de fiscalização

Governança

BRASIL > Acre > Rio Branco

Lei Municipal nº 2.524, de 08 agosto 2024 - PREFEITURA

"Institui o Programa Rhuan Maycon nas escolas municipais, que inclui a divulgação e o desenvolvimento de ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente."

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Risco de fiscalização

Governança

BRASIL > Alagoas

Lei Estadual nº 9.365, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO CRITÉRIO REGIONAL PARA O ACESSO ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DE ALAGOAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Risco de fiscalização

Social

Lei Estadual nº 9.367, de 11 setembro 2024 - GOVERNO

INSTITUI O SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA EMPRESAS NO ESTADO DE ALAGOAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 9.353, de 26 agosto 2024 - GOVERNO

ASSEGURA À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, FAMILIAR E OCORRÊNCIAS SEMELHANTES, QUE TENHA COMO RESULTADO A RETENÇÃO, SUBTRAÇÃO, DESTRUIÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS OU DE SEUS DEPENDENTES PELO AGRESSOR, PRIORIDADE IMEDIATA NO ATENDIMENTO PARA A EMISSÃO DE NOVOS DOCUMENTOS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Risco de fiscalização

Governança

Lei Estadual nº 9.360, de 26 agosto 2024 - GOVERNO

AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A INSTITUIR A POLÍTICA ESTADUAL DO HIDROGÊNIO VERDE DO ESTADO DE ALAGOAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RECURSOS ENERGÉTICOS - ENERGIA

HIDROGÊNIO (VERDE E BAIXO CARBONO)

Oportunidade

Ambiental

Lei Estadual nº 9.359, de 26 agosto 2024 - GOVERNO

INSTITUI A CAMPANHA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EM DEFESA DA VIDA E DA SEGURANÇA NO TRÂNSITO, INTITULADA “MAIO AMARELO”, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FROTA PRÓPRIA

FROTA DE GRANDE E MÉDIO PORTE (CAMINHÕES E MÉDIOS DE CARGA)

Voluntário

Ambiental

BRASIL > Alagoas > Rio Largo



Lei Municipal nº 2.045, de 17 julho 2024 - PREFEITURA

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INCLUSÃO ESCOLAR “ABA” PARA CRIANÇAS COM AUTISMO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL.”

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Risco de fiscalização

Social

BRASIL > Amapá

Resolução Estadual nº 231, de 13 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a criação da Caravana da Primeira Infância no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)

Oportunidade

Governança

BRASIL > Amazonas

Lei Estadual nº 7.038, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

ACRESCENTA dispositivos à Lei Promulgada nº 241, de 31 de março de 2015, que “Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Amazonas, e dá outras providências”.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Risco de multa

Governança

Lei Estadual nº 7.032, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

DISPÕE sobre a substituição de sirenes nas escolas da rede pública e privada do Estado do Amazonas, que tenham matriculados alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Risco de multa

Governança

Lei Estadual nº 7.049, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

DISCIPLINA a obrigatoriedade do gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados em eventos públicos, privados ou público privados no Estado do Amazonas.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Risco de multa

Ambiental

Lei Estadual nº 7.042, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

DISPÕE sobre a criação do Selo Amigo da Reciclagem para pessoas jurídicas ou físicas.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS
Oportunidade
Ambiental

Lei Estadual nº 7.036, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

DISPÕE sobre medidas educativas acerca de acidentes envolvendo caminhões e carretas.

RECURSOS HUMANOS
MOTORISTA
Risco de fiscalização
Social

Lei Estadual nº 7.050, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

DISPÕE sobre a notificação compulsória de casos suspeitos de turismo sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Estado do Amazonas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Risco de fiscalização
Governança

Lei Estadual nº 7.039, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

DISPÕE sobre a criação de fomento à fabricação e produção de automóveis movidos a energia elétrica no Estado do Amazonas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 7 - ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL
Oportunidade
Ambiental

Lei Estadual nº 7.010, de 04 setembro 2024 - GOVERNO

ALTERA a Lei nº 6.530, de 20 de outubro de 2023, que ESTABELECE diretrizes de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Estado do Amazonas, para INSTITUIR o “Check-up Feminino”.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
Voluntário
Social

BRASIL > Amazonas > Manaus



Lei Municipal nº 3.381, de 13 setembro 2024 - PREFEITURA

DISPÕE sobre Educação Ambiental Humanitária em Bem-estar Animal, nas unidades escolares do município de Manaus, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Oportunidade

Social

Lei Municipal nº 3.384, de 20 setembro 2024 - PREFEITURA

ASSEGURA às pessoas com transtornos psíquicos o direito a se fazer acompanhar de animal de assistência emocional nos estabelecimentos públicos municipais, estabelecimentos privados e meios de transporte.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Risco de multa

Social

Lei Municipal nº 3.361, de 23 agosto 2024 - PREFEITURA

INSTITUI a Campanha Municipal Animal Silvestre não é Pet no âmbito do município de Manaus.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Risco de fiscalização

Ambiental

Lei Municipal nº 3.365, de 29 julho 2024 - PREFEITURA

INSTITUI, no âmbito do município de Manaus, o Selo de Responsabilidade Social denominado Parceiros da Juventude e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Oportunidade

Governança

Decreto Municipal nº 5.959, de 15 agosto 2024 - PREFEITURA

INSTITUI o Comitê Municipal de Combate às Queimadas – CMCQ, e dá outras providências

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Risco de fiscalização

Lei Municipal nº 3.358, de 19 julho 2024 - PREFEITURA

INSTITUI o Programa Moeda Verde de incentivo à reciclagem, promoção da educação ambiental e valorização de catadores e cooperativas e dá outras providências.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS
Oportunidade
Ambiental

BRASIL > Bahia 

Lei Estadual nº 14.771, de 04 setembro 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a prestação de auxílio às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida nos supermercados, lojas de departamentos e estabelecimentos congêneres do Estado da Bahia e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Risco de fiscalização
Governança

Lei Estadual nº 14.775, de 04 setembro 2024 - GOVERNO

Institui a Política Estadual de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
Oportunidade
Social

Decreto Estadual nº 23.060, de 10 setembro 2024 - GOVERNO

Institui o Comitê Institucional de Políticas Públicas de Juventude - COIJUVE, na forma que indica, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Oportunidade
Governança

Lei Estadual nº 14.774, de 04 setembro 2024 - GOVERNO

Determina que pessoas feridas em acidente de trânsito sejam levadas, pelo Corpo de Bombeiros ou SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), para hospitais conveniados aos seus planos de saúde.

RECURSOS HUMANOS

MOTORISTA

Risco de fiscalização

Social

Lei Estadual nº 14.765, de 20 agosto 2024 - GOVERNO

Institui a meia entrada para profissionais do magistério e trabalhadores(as) em unidades de ensino, nos estabelecimentos que promovam lazer, entretenimento e estimulem a difusão cultural.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Oportunidade

Governança

BRASIL > Bahia > Alagoinhas 

Lei Municipal nº 2.807, de 25 julho 2024 - PREFEITURA

“AUTORIZA AS ESCOLAS COMPONENTES DA REDE PARTICULAR E PÚBLICA DE ENSINO, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, A DISPONIBILIZAR MATERIAIS

ILUSTRADOS, EM ARQUIVOS DIGITAIS, COMO CARTILHAS, SOBRE MEDIDAS DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO AO BULLYING CONTRA ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E COM TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO, A EXEMPLO DO ESPECTRO AUTISTA, BEM COMO, A DESENVOLVER AÇÕES PARA A CONSCIENTIZAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DE RESPEITAR E INCLUIR OS ALUNOS AUTISTAS NA COMUNIDADE ESCOLAR”

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Risco de fiscalização

Social

Lei Municipal nº 2.809, de 25 julho 2024 - PREFEITURA

“ESTABELECE DIRETRIZES PARA O APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NOSSO MUNICÍPIO”.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Voluntário

Governança

Lei Municipal nº 2.800, de 25 julho 2024 - PREFEITURA

“INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E RAÇA”.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Risco de fiscalização

Governança

BRASIL > Ceará



Lei Estadual nº 18.999, de 28 agosto 2024 - GOVERNO

INSTITUI A CAMPANHA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E À IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO DO CEARÁ.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA DO SETOR PÚBLICO E AUTARQUIAS

Risco de fiscalização

Governança

Lei Estadual nº 19.003, de 28 agosto 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CAMPANHA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA CONTRA O RACISMO, A LGBTFOBIA E A XENOFÓBIA NOS JOGOS VIRTUAIS (GAMES).

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Risco de fiscalização

Governança

Lei Estadual nº 19.016, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 19.001, de 28 agosto 2024 - GOVERNO

cria o tema transversal “A IMPORTÂNCIA DO PEQUENO AGRICULTOR” NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE NÍVEL MÉDIO.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Oportunidade

Social

Lei Estadual nº 19.023, de 11 setembro 2024 - GOVERNO

cria o selo Instituição Parceira da Corridinha Inclusiva.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Voluntário

Social

Lei Estadual nº 18.996, de 28 agosto 2024 - GOVERNO

cria o projeto iniciativa de inclusão do autista no mercado de trabalho e institui o selo Empresa Amiga da Inclusão.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Voluntário

Governança

Lei Estadual nº 19.007, de 28 agosto 2024 - GOVERNO

institui a campanha de prevenção e detecção de distúrbios alimentares nas escolas públicas e privadas do estado do Ceará.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Oportunidade

Social

Lei Estadual nº 18.998, de 28 agosto 2024 - GOVERNO

dispõe sobre a disponibilização de macas, camas e cadeiras de rodas dimensionadas para obesos por hospitais, clínicas, postos de saúde e estabelecimentos afins privados no âmbito do estado do Ceará.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Risco de fiscalização

Social

Lei Estadual nº 19.022, de 06 setembro 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE IMAGENS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DESAPARECIDOS EM TELÕES E CONGÊNERES ANTES DE JOGOS DE FUTEBOL, EVENTOS ESPORTIVOS OFICIAIS E SHOWS EM QUE FOREM UTILIZADOS PAINÉIS ELETRÔNICOS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Risco de fiscalização

Governança

BRASIL > Ceará > Icapuí

Lei Municipal nº 1.003, de 22 agosto 2024 - PREFEITURA institui o projeto "primeiros socorros nas escolas" na rede pública e particular de ensino do município de Icapuí e da outras providencias.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Risco de fiscalização

Governança

BRASIL > Distrito Federal

Decreto Estadual nº 46.248, de 11 setembro 2024 - GOVERNO

Regulamenta a aplicação da Lei nº 6.910, de 21 de julho de 2021, que dispõe sobre acompanhamento e assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, após encerrado o período em Casa Abrigo, no Distrito Federal.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Risco de fiscalização

Governança

Decreto Estadual nº 46.268, de 16 setembro 2024 - GOVERNO

Alteração do Decreto 39.719, de 19 de março de 2019, que institui o Comitê Distrital para Prevenção e Erradicação do Trabalho Escravo – CODETRAÉ, no âmbito do Distrito Federal.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Risco de fiscalização

Social

Requisitos SSMA e ESG para os negócios

Decreto Estadual nº 46.236, de 05 setembro 2024 - GOVERNO

Altera o Decreto nº 37.931, de 30 de dezembro de 2016, que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, estabelece regras complementares para o funcionamento do Cadastro Ambiental Rural – CAR e do Programa de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais – PRA/DF e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA

Risco de interdição

Governança

Instrução Normativa Estadual nº 33, de 02 outubro 2020 - BRASÍLIA AMBIENTAL / DF

Estabelece as diretrizes, critérios técnicos e procedimentos para a promoção de recuperação ambiental no Distrito Federal, e dá providências correlatas.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

BRASIL > Espírito Santo



Lei Estadual nº 12.197, de 26 agosto 2024 - GOVERNO

Institui o Selo Escola Amiga do Autista no âmbito do Estado do Espírito Santo.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 12.208, de 11 setembro 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 9.366, de 18 de dezembro de 2009, para garantir às atletas gestantes ou às puérperas, no âmbito do Programa Bolsa-Atleta Capixaba, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Risco de fiscalização

Governança

Lei Estadual nº 12.206, de 09 setembro 2024 - GOVERNO

Institui, no estado do Espírito Santo, o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de condenados por crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, na forma que especifica.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Risco de fiscalização

Governança

BRASIL > Espírito Santo > São Mateus



Decreto Municipal nº 16.566, de 08 agosto 2024 - PREFEITURA

DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. ESGOTAMENTO SANITÁRIO LIMPEZA URBANA E DRENAGEM. INSTRUMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Oportunidade

Governança

BRASIL > Goiás



Lei Estadual nº 22.970, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 21.104, de 23 de setembro de 2021, que institui o Código de Bem-Estar Animal e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Voluntário

Ambiental

Decreto Estadual nº 10.554, de 16 setembro 2024 - GOVERNO

Altera o Decreto nº 10.433, de 8 de abril de 2024, que institui a Política Estadual de Governança das Empresas Estatais do Estado de Goiás.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONFLITOS DE INTERESSES

Risco de multa

Governança

Lei Estadual nº 22.980, de 06 setembro 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 16.488, de 10 de fevereiro de 2009, que institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar.

RECURSOS ENERGÉTICOS - ENERGIA
CONSUMO DE ENERGIA - CONCESSIONÁRIA
Oportunidade
Ambiental

Decreto Estadual nº 10.543, de 10 setembro 2024 - GOVERNO

Altera o Decreto nº 9.130, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PEPSA e dá outras providências.

EMISSÕES ATMOSFÉRICAS
EMISSÕES DE CARBONO EM GERAL
Oportunidade
Ambiental

Decreto Estadual nº 10.546, de 11 setembro 2024 - GOVERNO

Altera o Decreto nº 10.539, de 29 de agosto de 2024, que declara situação de emergência nos municípios do Estado de Goiás que especifica, afetados pelo desastre classificado e codificado como “Incêndio Florestal – Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar”, caracterizado pela propagação de fogo sem controle em qualquer tipo de vegetação não localizada em área sob proteção legal, com a consequente queda da qualidade do ar, conforme a Classificação e Codificação Brasileira

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
BOMBEIRO
Risco de interdição
Social

Lei Estadual nº 22.968, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 16.497, de 10 de fevereiro de 2009, que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA
Oportunidade
Ambiental

BRASIL > Goiás > Goiânia 

Lei Municipal nº 11.243, de 04 setembro 2024 – PREFEITURA

Institui o Programa de Educação Animal nas Escolas no âmbito do município de Goiânia e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Oportunidade

Social

Lei Municipal nº 11.252, de 23 setembro 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a criação do Programa Centro de Convivência dos idosos no âmbito do município de Goiânia e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Oportunidade

Social

Lei Municipal nº 11.234, de 30 julho 2024 - PREFEITURA

Cria o Programa Abrigo Animal e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Voluntário

Ambiental

BRASIL > Maranhão 

Lei Estadual nº 12.373, de 06 agosto 2024 - GOVERNO

Estabelece as diretrizes para a instituição da Política Estadual de Incentivo às Práticas de ESG (Ambiental, Social e de Governança) no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 12.389, de 29 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a "Criação do Selo Abraço da Vida", no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Oportunidade

Social

Decreto Estadual nº 39.371, de 12 setembro 2024 - GOVERNO

Regulamenta a Medida Provisória nº 455, de 17 de julho de 2024, que altera a Lei nº 10.736, de 11 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Bolsa-Formação e Auxílio-Formação para Educação Profissional e Técnica, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Oportunidade

Social

Decreto Estadual nº 39.322, de 23 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 10.468 de 07 de junho de 2016, que dispõe sobre a fiscalização do comércio estadual de sementes e mudas, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 12 - CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Risco de fiscalização

Governança

Decreto Estadual nº 39.376, de 17 setembro 2024 - GOVERNO

Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Estado do Maranhão, em sua 2ª Fase, e cria o Grupo Permanente de Trabalho Interinstitucional para sua coordenação, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Oportunidade

Governança

BRASIL > Mato Grosso

Lei Estadual nº 12.656, de 19 setembro 2024 - GOVERNO

Institui a Campanha de Incentivo à Educação Não Violenta, no âmbito do Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Federal nº 13.010, de 26 de junho de 2014.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Oportunidade

Social

Lei Estadual nº 12.056, de 14 abril 2023 - GOVERNO

Institui o Selo Acessibilidade Nota 10, como forma de certificação oficial aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 12.393, de 09 janeiro 2024 - GOVERNO

Altera e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.879, de 07 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos em obras e serviços contratados pelo Estado, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 12.132, de 29 maio 2023 - GOVERNO

Institui o Selo de Responsabilidade Social "Empresa Amiga da Periferia", certificando empresas que realizam projetos sociais para o desenvolvimento das comunidades periféricas no Estado de Mato Grosso.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 11.606, de 09 dezembro 2021 - GOVERNO

Institui a Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas no âmbito do Estado de Mato Grosso.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 12.632, de 01 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento e fomento do turismo no Estado de Mato Grosso e dá outras providências

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 11.769, de 24 maio 2022 - GOVERNO

Proíbe a realização, nos horários de maior fluxo de veículos, de serviços e obras que afetem ou que possam afetar o livre fluxo nas vias urbanas do Estado de Mato Grosso.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Risco de fiscalização

Governança

Lei Estadual nº 9.111, de 15 abril 2009 - GOVERNO

Institui o Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas e dá outras providências.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Oportunidade

Ambiental

Lei Estadual nº 12.497, de 25 abril 2024 - GOVERNO

Altera dispositivos da Lei nº 7.862, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, a fim de promover a proteção e a valorização de mulheres que integram o fluxo organizado de resíduos sólidos.

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Oportunidade

Ambiental

Lei Estadual nº 9.256, de 27 novembro 2009 - GOVERNO

Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica, e cria ambientes de uso coletivo livres de tabaco.

RECURSOS HUMANOS

EMPREGADOS - CLT

Risco de multa

Social

Lei Estadual nº 12.241, de 11 setembro 2023 - GOVERNO

Estabelece a obrigatoriedade de encerramento dos lixões e implantação de aterros sanitários no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUO ORGÂNICO

Risco de fiscalização

Ambiental

Lei Estadual nº 12.149, de 16 junho 2023 - GOVERNO

Dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

BOMBEIRO

Risco de interdição

Social

Lei Estadual nº 7.862, de 19 dezembro 2002 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Oportunidade

Ambiental

Lei Complementar Estadual nº 788, de 18 janeiro 2024 - GOVERNO

Altera a Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E/OU UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Risco de interdição

Ambiental

Lei Estadual nº 9.583, de 04 julho 2011 - GOVERNO

Proíbe o uso, no Estado de Mato Grosso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição e dá outras providências.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

AMIANTO/ASBESTO

Risco de multa

Ambiental

Lei Estadual nº 11.096, de 19 março 2020 - GOVERNO

Institui novo Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, bem como a Taxa de Fiscalização Ambiental no Estado de Mato Grosso - TFA/MT e dá outras providências.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

CTF/APP -CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (ESTADUAL E FEDERAL)

Risco de multa

Ambiental

Lei Complementar Estadual nº 592, de 26 maio 2017 - GOVERNO

Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

Lei Estadual nº 11.194, de 24 setembro 2020 - GOVERNO

Institui a Política Estadual de Incentivo ao Uso de Biomassa para a Geração de Energia.

RECURSOS ENERGÉTICOS - ENERGIA

CONSUMO DE ENERGIA - CONCESSIONÁRIA

Oportunidade

Ambiental

Lei Estadual nº 10.748, de 29 agosto 2018 - GOVERNO

Proíbe o lançamento de efluentes que contenham corante em rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado de Mato Grosso, e determina a classificação dos corantes como contaminantes ambientais.

EFLUENTES LÍQUIDOS

EFLUENTES LÍQUIDOS

Risco de multa

Lei Estadual nº 12.150, de 16 junho 2023 - GOVERNO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.862, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, para prever o desenvolvimento de programas que visem estimular o descarte adequado de resíduos perfurocortantes.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE
Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Estadual nº 10.380, de 11 março 2016 - GOVERNO

Revoga a Lei nº 9.889, de 11 de janeiro de 2013, e a Lei nº 9.636, de 04 de novembro de 2011, e dá outras providências.

FROTA PRÓPRIA
FROTA DE PEQUENO PORTE (CARRO DE PASSEIO)
Risco de multa
Ambiental

Lei Estadual nº 11.568, de 17 novembro 2021 - GOVERNO

Cria o Programa de Reciclagem de Entulhos da Construção Civil e dá outras providências.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUO DA CONTRUÇÃO CIVIL
Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Estadual nº 12.615, de 29 julho 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 10.670, de 16 de janeiro de 2018, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
SEGURANÇA EM EDIFICAÇÕES - NR 08
Risco de interdição
Social

Lei Estadual nº 11.506, de 02 setembro 2021 - GOVERNO

Dispõe sobre a criação e a implantação do Programa Escola Sustentável e do selo de mesmo nome na rede escolar do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Oportunidade

Lei Estadual nº 9.576, de 30 junho 2011 - GOVERNO

Cria o selo “Escola Amiga do Meio Ambiente”.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Oportunidade
Governança

BRASIL > Mato Grosso > Cocalinho 

Decreto Municipal nº 2.455, de 02 maio 2024 - PREFEITURA

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO
Oportunidade
Governança

Decreto Municipal nº 2.407, de 04 janeiro 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública Municipal.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
CONFLITOS DE INTERESSES
Risco de interdição
Governança

Decreto Municipal nº 2.306, de 25 abril 2023 - PREFEITURA

Regulamenta a Lei n.º 14.133 de 2021, que dispõe sobre Licitação e Contrato no âmbito da Administração Pública do Município de Cocalinho – MT, para realização do procedimento da Dispensa Física.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
CONFLITOS DE INTERESSES
Risco de interdição
Governança

Lei Orgânica Municipal nº 1, de 06 abril 2024 - PREFEITURA

Lei Orgânica do Município de Cocalinho MT

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Oportunidade

Governança

Lei Municipal nº 726, de 12 dezembro 2014 - PREFEITURA

Dispõe sobre a reformulação do Código Sanitário do Município de Cocalinho e dá outras providências.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Oportunidade

Governança

Lei Municipal nº 1.011, de 18 abril 2023 - PREFEITURA

Autoriza o município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, através do Poder Executivo, a celebrar Convênio de Cooperação e Gestão Compartilhada com o município de Água Boa, estado de Mato Grosso, para fim de estabelecer colaboração federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais, de disposição final de resíduos sólidos urbanos e dá outras providências.

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Oportunidade

Ambiental

Decreto Municipal nº 2.392, de 14 dezembro 2023 - PREFEITURA

Declara Situação de Emergência pela falta de chuvas no Município de Cocalinho.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Risco de fiscalização

Ambiental

BRASIL > Mato Grosso do Sul > Campo Grande

Lei Complementar Municipal nº 527, de 22 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a presença de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS em maternidades e salas de parto de estabelecimentos hospitalares das redes pública e privada e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)
Risco de fiscalização
Governança

Lei Municipal nº 7.298, de 03 setembro 2024 - PREFEITURA

Cria diretrizes para o incentivo ao uso da Terapia Assistida por Animais (TAA) como tratamento terapêutico complementar no Município de Campo Grande-MS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
Oportunidade
Social

Lei Municipal nº 7.300, de 06 setembro 2024 - PREFEITURA

Institui a “Campanha Permanente Cuidar + dos Animais Silvestres” no Município de Campo Grande-MS e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 15 - VIDA TERRESTRE
Oportunidade
Ambiental

BRASIL > Minas Gerais

Decreto Estadual nº 48.893, de 11 setembro 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a Consulta Livre, Prévia e Informada de que trata o art. 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO
LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL
Risco de interdição
Governança

Lei Estadual nº 24.980, de 18 setembro 2024 - GOVERNO

Cria o Selo Amigo do Motorista.

RECURSOS HUMANOS

MOTORISTA

Voluntário

Social

Lei Estadual nº 24.976, de 18 setembro 2024 - GOVERNO

Institui a política estadual de apoio às cozinhas solidárias.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Voluntário

Social

Decreto Estadual nº 48.896, de 18 setembro 2024 - GOVERNO

Institui o Comitê Intragovernamental de Energia e Mudança do Clima.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 7 - ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Oportunidade

Ambiental

BRASIL > Minas Gerais > Belo Horizonte 

Lei Municipal nº 11.749, de 17 setembro 2024 - PREFEITURA

Altera a Lei n. 9.725/09, que “Institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

USO DO SOLO - ZONA URBANA

Risco de multa

Governança

BRASIL > Paraíba



Lei Estadual nº 13.383, de 11 setembro 2024 - GOVERNO

Institui a Semana de Conscientização sobre a Reciclagem e Valorização do Meio Ambiente nas Escolas Públicas no Estado da Paraíba.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Oportunidade
Governança

BRASIL > Paraíba > João Pessoa



Lei Municipal nº 15.256, de 23 agosto 2024 - PREFEITURA

INSTITUI A PROIBIÇÃO DO ENSINO OU ABORDAGEM DISCIPLINAR DO HOLOCAUSTO SOB PERSPECTIVA DO NEGACIONISMO OU REVISIONISMO HISTÓRICO, NO MBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Risco de fiscalização
Governança

BRASIL > Paraná > Campina Grande do Sul



Lei Municipal nº 997, de 08 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre medidas a serem adotadas pelas escolas, da rede pública e particular, para a prevenção ao bullying realizado contra alunos com Transtornos do Espectro Autista, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Risco de fiscalização
Governança

Lei Municipal nº 996, de 08 agosto 2024 - PREFEITURA

Institui a Campanha Permanente de Orientação e Conscientização sobre o Descarte Adequado do Lixo no Município de Campina Grande do Sul.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS
Oportunidade
Ambiental

Lei Municipal nº 1.006, de 10 setembro 2024 - PREFEITURA

Ratifica Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - CONRESOL, nos termos da Lei Federal nº. 11.107/2005 e Decreto Federal nº. 6.017/2007 e dá outras providências.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS
Risco de fiscalização
Ambiental

BRASIL > Paraná > Curitiba **Decreto Municipal nº 1.484, de 23 setembro 2024 - PREFEITURA**

Altera o Decreto Municipal nº 1.046, de 5 de julho de 2024, o qual estabelece diretrizes e critérios para a solicitação de licenciamento ambiental de obras com previsão de supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E/OU UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
Risco de interdição
Ambiental

Lei Municipal nº 16.365, de 13 agosto 2024 - PREFEITURA

Altera dispositivos da Lei nº 13.805, de 12 de setembro de 2011, que "Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em logradouros públicos do Município de Curitiba".

FROTA PRÓPRIA
FROTA DE PEQUENO PORTE (CARRO DE PASSEIO)
Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Municipal nº 16.380, de 05 setembro 2024 - PREFEITURA

Altera a Lei nº 15.852, de 1º de julho de 2021, para aperfeiçoar a Política Municipal de Proteção Animal.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Risco de fiscalização

Ambiental

Lei Municipal nº 16.378, de 04 setembro 2024 - PREFEITURA

Altera a Lei nº 16.038, de 18 de julho de 2022, que "Estabelece, no âmbito do Município de Curitiba, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais, revoga as Leis nº s 13.908, de 19 de dezembro de 2011, 15.122, de 22 de novembro de 2017, 15.421, de 7 de maio de 2019, e 15.450, de 28 de maio de 2019, 15.646, de 16 de junho de 2020, 15.733, de 16 de outubro de 2020 e dá outras providências".

INFRAÇÃO E PENALIDADE

FISCALIZAÇÃO E INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Risco de multa

Governança

BRASIL > Pernambuco**Lei Estadual nº 18.671, de 03 setembro 2024 - GOVERNO**

Altera a Lei nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003, que estabelece normas especiais relativas aos procedimentos de licitação e contratação na Administração Pública Estadual, altera a Lei nº 11.424, de 7 de janeiro de 1997, e dá outras providências, a fim de exigir declaração de atendimento à LGPD nos casos que indica.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Risco de interdição

Governança

Lei Estadual nº 18.681, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 12.462, de 13 de novembro de 2003, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento estadual de combustíveis, estabelece sanções administrativas e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Augusto Coutinho, a fim de ampliar infração já prevista.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA DE DISTRIBUIÇÃO - POSTOS - PETROQUIMICO

Risco de interdição

Governança

Lei Estadual nº 18.678, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 16.706, de 26 de novembro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade do plano de evacuação em situações de risco em todos os estabelecimentos de ensino do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Romero Sales Filho, a fim de estabelecer a realização de treinamentos periódicos de evacuação.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

BOMBEIRO

Risco de interdição

Social

Lei Estadual nº 18.677, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 12.626, de 5 de julho de 2004, que institui a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Betinho Gomes, a fim de dispor sobre a proteção das línguas indígenas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 18.675, de 03 setembro 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de dispor sobre a inclusão da batata doce biofort.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Oportunidade

Social

BRASIL > Piauí **Lei Estadual nº 8.506, de 16 setembro 2024 - GOVERNO**

Dispõe sobre a prioridade de matrícula em período integral, em escolas públicas da rede estadual de ensino no Piauí, para alunos órfãos.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 8.486, de 27 agosto 2024 - GOVERNO

Disciplina a obrigatoriedade do gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados em eventos públicos, privados ou público-privados no estado do Piauí.

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Risco de multa

Ambiental

BRASIL > Rio de Janeiro 

Resolução Estadual nº 300, de 29 agosto 2024 - INEA - RJ

APROVA A NORMA OPERACIONAL (NOPINEA- 57), PROCEDIMENTO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE AREIA EM LEITO DE RIO NO ÂMBITO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA).

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO

Risco de interdição

Governança

Lei Estadual nº 10.490, de 29 agosto 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE A MULTA ÀS EMPRESAS QUE CONTRATAREM MOTOCICLISTAS COM EQUIPAMENTOS DE DESCARGA IRREGULARES OU ADULTERADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

RECURSOS HUMANOS

MOTORISTA

Risco de multa

Social

Lei Estadual nº 10.495, de 05 setembro 2024 - GOVERNO

INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO ABANDONO E EVASÃO DE CURSOS TÉCNICOS E UNIVERSIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Oportunidade

Social

Lei Estadual nº 10.486, de 29 agosto 2024 - GOVERNO

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR POLÍTICA ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, PARA O JOVEM EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO, EDÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Oportunidade

Social

Resolução Estadual nº 302, de 03 setembro 2024 - INEA - RJ

INSTITUI A POLÍTICA DE INOVAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, EM CONSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E COM A ESTRATÉGIA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 10.489, de 29 agosto 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE O TRANSPORTE DE ANIMAL DE ASSISTÊNCIA EMOCIONAL E ANIMAL DE SERVIÇO NAS CABINES DAS AERONAVES EM VOOS OPERADOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Risco de fiscalização

Governança

BRASIL > Rio de Janeiro > Duque de Caxias

Decreto Municipal nº 8.701, de 25 abril 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre o ICMS Ecológico arrecado a partir do exercício de 2025, no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) a ser destinado ao Fundo Municipal e Conservação Ambiental de Duque de Caxias, e dá outras providências.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Oportunidade

Governança

BRASIL > Rio de Janeiro > Macaé

Lei Municipal nº 5.228, de 19 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a instituição do Programa Moeda Verde que visa promover a sustentabilidade ambiental mediante a troca de resíduos recicláveis por alimentos e dá outras providências.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Oportunidade
Ambiental

Lei Municipal nº 5.215, de 08 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a proibição do comércio de animais em espaços públicos, calçadas e em frente a lojas e vitrines no Município de Macaé.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Municipal nº 5.244, de 24 setembro 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo à Doação de Cabelos para pacientes em tratamento quimioterápico, para as vítimas de escaldamento e de outras doenças que causam a queda transitória ou definitiva dos cabelos no âmbito do Município de Macaé e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Voluntário
Social

Lei Municipal nº 5.221, de 15 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a adoção de mecanismos sustentáveis de gestão das águas pluviais para fins de controle de enchentes e alagamentos, aplicando no Município de Macaé o conceito de "cidade esponja" e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Oportunidade
Governança

BRASIL > Rio de Janeiro > Rio de Janeiro

Lei Municipal nº 8.592, de 17 setembro 2024 - PREFEITURA

Institui o Programa Municipal Reviva-Rio de acolhimento, tratamento, prevenção, recuperação e reinserção social e econômica de dependentes químicos no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Voluntário

Social

Lei Municipal nº 8.573, de 12 setembro 2024 - PREFEITURA

Altera o art. 16 da Lei nº 1.876, de 1992, permitindo à pessoa física contar com dois auxiliares na atividade de comerciante ambulante.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Risco de fiscalização

Social

BRASIL > Rio Grande do Norte



Lei Estadual nº 11.912, de 19 setembro 2024 - GOVERNO

Institui o Programa de Saúde Mental e Prevenção de Depressão e Suicídio para Pais e Cuidadores de Pessoas com Deficiência e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Oportunidade

Social

Lei Estadual nº 11.902, de 10 setembro 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, revoga a Lei Estadual nº 11.440, de 22 de maio de 2023, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA DO SETOR PÚBLICO E AUTARQUIAS

Risco de multa

Governança

BRASIL > Rio Grande do Norte > Governador Dix-Sept

Rosado

Lei Municipal nº 768, de 21 junho 2024 - PREFEITURA

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E/OU SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Oportunidade

BRASIL > Rio Grande do Norte > Natal



Lei Municipal nº 7.749, de 04 setembro 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a criação do Programa “Empresa Amiga da Saúde da Mulher”, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Voluntário

Social

Lei Municipal nº 7.737, de 16 julho 2024 - PREFEITURA

Institui no Plano Municipal Programa de Combate à Pedofilia, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Oportunidade

Governança

Decreto Municipal nº 13.192, de 20 setembro 2024 - PREFEITURA

Decreta, pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, situação de emergência nas áreas do Município do Natal afetadas pela erosão Costeira/ Marinha na praia de ponta negra e via costeira (1.4.1.1.0 – COBRADE), conforme Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

USO DO SOLO - ZONA URBANA

Risco de interdição

Governança

Lei Municipal nº 7.728, de 03 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre normas preventivas ao esquecimento de animais no interior de veículos no âmbito do município de Natal e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
COMERCIO DIVERSOS C/ PRODUTOS PERECÍVEIS

Risco de multa

Governança

Lei Municipal nº 7.729, de 03 julho 2024 - PREFEITURA

Altera a Lei Promulgada nº 432/2015, de 17 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a construção de sanitários em estabelecimentos que comercializam medicamentos no município do Natal”, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)

Risco de interdição

Governança

Lei Municipal nº 7.752, de 18 setembro 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a disponibilização de cadeiras de rodas e cadeiras de banho em hospitais, clínicas e congêneres, no município do Natal, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)

Risco de multa

Governança

BRASIL > Rio Grande do Sul 

Lei Estadual nº 16.174, de 28 agosto 2024 - GOVERNO

Institui a Política Estadual de Fomento à Agropecuária Regenerativa, Biológica e Sustentável e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Oportunidade

Social

BRASIL > Rio Grande do Sul > Porto Alegre

Lei Complementar Municipal nº 1.021, de 06 setembro 2024 - PREFEITURA

Inclui inc. IV no art. 73 da Lei Complementar nº 992, de 7 de novembro de 2023, priorizando a tramitação do processo administrativo das pessoas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) relativo à supressão, à poda, ao manejo ou ao transplante de vegetais arbóreos ou arbustivos, desde que constatada situação de risco iminente à vida humana ou à propriedade; e autorizando o Executivo Municipal a efetuar a poda, o manejo ou o transplante de vegetais arbóreos ou arb

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

FAUNA E FLORA OU NASCENTE D'ÁGUA NA SUA LOCALIZAÇÃO

Risco de multa

Ambiental

Instrução Normativa Municipal nº 6, de 04 setembro 2024 - PREFEITURA

Estabelece o porte e o potencial poluidor da atividade de exposição de veículo de divulgação no Município de Porto Alegre.

FROTA PRÓPRIA

FROTA DE GRANDE E MÉDIO PORTE (CAMINHÕES E MÉDIOS DE CARGA)

Risco de interdição

Ambiental

BRASIL > Rondônia

Lei Estadual nº 5.838, de 29 julho 2024 - GOVERNO

Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.686, de 8 de dezembro de 2015, que “Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

BRASIL > Roraima

Lei Estadual nº 2.053, de 19 setembro 2024 - GOVERNO

Estabelece diretrizes gerais para o combate à violência contra mulher em ambiente escolar no estado de Roraima.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

Lei Estadual nº 2.044, de 04 setembro 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a proibição do uso de músicas com palavras de baixo calão ou letras que estimulem a prática de crime:, apologia ao sexo ou uso de drogas nas instituições de ensino.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de interdição
Governança

Lei Estadual nº 2.042, de 04 setembro 2024 - GOVERNO

Institui a Política Estadual de Incentivo ao Crédito do Jovem Empreendedor'.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
Oportunidade
Social

BRASIL > Roraima > Boa Vista

Lei Municipal nº 2.640, de 05 agosto 2024 - PREFEITURA

RESTRIÇÃO PARA CIRCULAÇÃO DE CAMINHÕES E OPERAÇÕES DE CARGA E DESCARGA EM EIXOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS (ECS's) DE BOA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FROTA PRÓPRIA
FROTA DE GRANDE E MÉDIO PORTE (CAMINHÕES E MÉDIOS DE CARGA)
Risco de multa
Ambiental

Lei Municipal nº 2.648, de 18 agosto 2024 - PREFEITURA

ESTABELECE A SUBSTITUIÇÃO DE SIRENES E SINAIS SONOROS TRADICIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO POR SINAIS SONOROS MUSICAIS ADEQUADOS AOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

Lei Complementar Municipal nº 2.638, de 05 agosto 2024 - PREFEITURA

A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS EM LOGRADOUROS, ÁREAS E VIAS PÚBLICAS E PARTICULARES, ATRAVÉS DE “FOOD TRUCKS” E “BEER TRUCKS” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
COZINHA INDUSTRIAL
Oportunidade
Ambiental

Lei Municipal nº 2.649, de 21 agosto 2024 - PREFEITURA

A CRIAÇÃO DO PROGRAMA RECONSTRUINDO SORRISOS NA CIDADE DE BOA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
Oportunidade
Social

Lei Municipal nº 2.634, de 22 julho 2024 - PREFEITURA

INSTITUI A SEMANA DE INCENTIVO À ADOÇÃO TARDIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Voluntário
Governança

BRASIL > São Paulo

Lei Estadual nº 18.028, de 10 setembro 2024 - GOVERNO

Institui o Programa Estágio SP, de incentivo à concessão de estágio, aprendizagem profissional e monitoria para estudantes do Ensino Médio da Rede Pública estadual, visando a formação técnica e acadêmica, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Oportunidade

Social

Decreto Estadual nº 68.822, de 04 setembro 2024 - GOVERNO

Altera o Decreto nº 50.807, de 18 de maio de 2006, que institui o Projeto Estadual COZINHALIMENTO no Programa de Alimentação e Nutrição para Populações Carentes, e dá providências correlatas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Voluntário

Social

Anexo Estadual nº 1.109, de 01 setembro 2024 - IBAMA / BR

RL Sarah teste 1

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

BRASIL > São Paulo > Barueri

Decreto Municipal nº 10.027, de 31 julho 2024 - PREFEITURA

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PMGRCC

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUO DA CONTRUÇÃO CIVIL

Risco de multa

Ambiental

BRASIL > São Paulo > Diadema

Lei Municipal nº 4.490, de 12 julho 2024 - PREFEITURA

Institui a Política Municipal para Cultura da Paz nas Escolas, através do Programa “Educar para Paz”, e dá outras providências

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Oportunidade
Governança

Lei Municipal nº 4.491, de 15 julho 2024 - PREFEITURA

DISPÕE sobre a Renovação Simplificada da Licença Sanitária Municipal para os estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, com base nas legislações específicas de cada setor, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)

Risco de interdição
Governança

Lei Municipal nº 4.474, de 26 abril 2024 - PREFEITURA

Equipara a pessoa diagnosticada com doença renal crônica à pessoa com deficiência – PCD, para fins de acesso ao percentual legal de vagas de estacionamento destinadas às pessoas com deficiência, durante as sessões de hemodiálise, e dá outras providências.

RECURSOS HUMANOS
PCD - PESSOA COM DEFICIENCIA

Voluntário
Governança

Lei Municipal nº 4.473, de 23 abril 2024 - PREFEITURA

DISPÕE sobre a Política Municipal de uso e distribuição gratuita de medicamentos formulados de derivado vegetal da Cannabis Sativa e suas variações como a Cannabis Indica e Cannabis Ruderalis em associação com outras substâncias canabinóides como o Canabidiol (CBD) e o Tetra- Hidrocanabinol (THC), nas unidades de saúde pública municipal e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Oportunidade
Social

Lei Municipal nº 4.478, de 10 maio 2024 - PREFEITURA

Institui, no âmbito do Município de Diadema, a Campanha Permanente “Pet na Sombra”, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Voluntário

Ambiental

BRASIL > São Paulo > Guarulhos



Decreto Municipal nº 41.843, de 05 setembro 2024 - PREFEITURA

Disciplina a expedição de licenças de atividades econômicas no Município de Guarulhos, nos termos das Leis n/s. 6.046, de 05/11/2004, 7.573, de 06/07/2017, e 8.302, de 22/07/2024.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENÇA DE ORGÃO QUE REGEM O SETOR

Risco de interdição

Governança

Lei Municipal nº 7.973, de 28 dezembro 2021 - PREFEITURA

Disciplina Taxas Municipais diversas, promove alterações nas Leis n/s. 7.343, de 22/12/2014, e 7.363, de 29/12/2014, e dá outras providências.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de fiscalização

Governança

Lei Municipal nº 8.299, de 18 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Guarulhos e revoga as Leis n/s. 6.144, de 07/06/2006, e 7.837, de 08/07/2020; dispositivos da Lei nº 7.573, de 06/07/2017; e o Decreto nº 37.959, de 15/04/2021.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

Lei Municipal nº 8.297, de 15 julho 2024 - PREFEITURA

Proíbe o plantio da espécie invasora Spathodea campanulata no âmbito do Município de Guarulhos e dá outras providências.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

FAUNA E FLORA OU NASCENTE D'ÁGUA NA SUA LOCALIZAÇÃO

BRASIL > São Paulo > Hortolândia

Lei Municipal nº 4.352, de 10 setembro 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre as Diretrizes da Política Municipal de Álcool e outras Drogas, Conselho e Fundo Municipal de Álcool e outras Drogas e revoga normas vigentes.

RECURSOS HUMANOS

EMPREGADOS - CLT

Risco de multa

Social

BRASIL > São Paulo > Itaquaquecetuba

Lei Municipal nº 3.807, de 12 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a instituição do Selo Empresa Amiga da Mulher Vítima de Violência.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Voluntário

Governança

Lei Municipal nº 3.799, de 03 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências invisíveis/ocultas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Risco de fiscalização

Governança

BRASIL > São Paulo > Jambeiro

Lei Municipal nº 2.147, de 13 agosto 2024 - PREFEITURA

Altera a Lei Municipal nº 2082, de 21 de março de 2023, que “Estabelece definições e normas para a vegetação de porte arbóreo no território urbano do Município e dá outras providências”

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

FAUNA E FLORA OU NASCENTE D'ÁGUA NA SUA LOCALIZAÇÃO

Risco de multa

Ambiental

Lei Municipal nº 2.082, de 21 março 2023 - PREFEITURA

Estabelece definições e normas para a vegetação de porte arbóreo no território urbano do município e dá outras providências

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

FAUNA E FLORA OU NASCENTE D'ÁGUA NA SUA LOCALIZAÇÃO

Risco de multa

Ambiental

Lei Municipal nº 2.139, de 24 junho 2024 - PREFEITURA

Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água potável e Esgotamento Sanitário, constante no Anexo Único da presente Lei.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

BRASIL > São Paulo > Jundiaí 

Lei Municipal nº 10.228, de 12 outubro 2024 - PREFEITURA

Institui o Programa "Guia da Família", de formação e apoio à educação parental de crianças e adolescentes.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Oportunidade

Governança

BRASIL > São Paulo > Mauá 

Lei Municipal nº 9.332, de 01 agosto 2024 - PREFEITURA

Regulamenta a Outorga Onerosa de Regularização conforme disposto no § 4º do art. 19, da Lei Municipal nº 6.207, de 4 de abril de 2024, e dá outras providências.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

Decreto Municipal nº 9.319, de 03 julho 2024 - PREFEITURA

Altera o Decreto 8.519, de 27 de fevereiro de 2019, que regulamenta a Lei nº 3.522, de 20 de setembro de 2002, que concede isenção de tarifas de transporte coletivo às pessoas portadoras de deficiências, portadoras do vírus HIV-AIDS e renais crônicos, portadores de câncer e dá outras providências.

RECURSOS HUMANOS

EMPREGADOS - CLT

Risco de fiscalização

Social

Decreto Municipal nº 9.337, de 07 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública direta, do município de Mauá, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como consolida a regulamentação da matéria em âmbito municipal.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CODIGO DE ÉTICA E CONDUITA - PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Risco de interdição

Governança

BRASIL > São Paulo > Mogi das Cruzes



Decreto Municipal nº 22.938, de 22 julho 2024 - PREFEITURA

Regulamenta a Lei nº 7.699, de 23 de agosto de 2021, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Voluntário

Ambiental

BRASIL > São Paulo > Piracicaba



Lei Municipal nº 10.123, de 22 agosto 2024 - PREFEITURA

Autoriza o Poder Executivo a criar o benefício do aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de Piracicaba e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Oportunidade

Governança

Lei Municipal nº 10.116, de 15 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de detectores de metais em todas as escolas públicas e privadas no Município de Piracicaba.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

Decreto Municipal nº 20.106, de 20 agosto 2024 - PREFEITURA

Regulamenta a Lei nº 9.997/2023 que “institui o Programa Municipal de Adequação Ambiental Rural no Município de Piracicaba e dá outras providências”

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA
Risco de interdição
Governança

BRASIL > São Paulo > Rio das Pedras



Lei Municipal nº 3.359, de 29 agosto 2024 - PREFEITURA

Institui a política de divulgação das informações ambientais e ecológicas do Município de Rio das Pedras e dá outras providências.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO
LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL
Risco de fiscalização
Governança

Lei Municipal nº 3.357, de 01 julho 2024 - PREFEITURA

Determina que os estabelecimentos de ensino informem ocorrências de episódios de intimidação sistemática (“bullying”) praticados contra seus alunos à Autoridade Policial e ao Conselho Tutelar Municipal.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Risco de fiscalização
Social

BRASIL > São Paulo > Santo André



Lei Municipal nº 10.795, de 23 agosto 2024 - PREFEITURA

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR A DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Risco de fiscalização

Governança

Lei Municipal nº 10.789, de 01 julho 2024 - PREFEITURA

INSTITUI o Programa Municipal de Promoção e Fomento do Polo Gastronômico de Santo André, para promoção da diversidade econômica da cidade, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Oportunidade

Governança

BRASIL > São Paulo > Santos



Decreto Municipal nº 10.352, de 04 março 2024 - PREFEITURA

REGULAMENTA A LEI Nº 4.175, DE 21 DE MARÇO DE 2023, QUE INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTOS, O SELO “EMPRESA AMIGA DA MULHER”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Voluntário

Governança

Lei Municipal nº 4.478, de 11 maio 2024 - PREFEITURA

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CMDPISANTOS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Oportunidade

Governança

Lei Municipal nº 4.464, de 09 abril 2024 - PREFEITURA

INSTITUI O “ATLAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM SANTOS”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Oportunidade

Governança

Lei Municipal nº 4.115, de 07 outubro 2022 - GOVERNO

INSTITUI A CAMPANHA “VOU DE BIKE”, CRIA O SELO “EMPRESA AMIGA DO CICLISTA”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Voluntário

Social

Lei Municipal nº 4.493, de 27 maio 2024 - PREFEITURA

ALTERA A EMENTA E DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.221, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015, QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA MUNICIPAL DE ALBERGUES PARA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Voluntário

Governança

Lei Municipal nº 4.137, de 09 novembro 2022 - PREFEITURA

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Oportunidade

Governança

Decreto Municipal nº 10.070, de 24 maio 2023 - PREFEITURA

REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.196, DE 24 DE MARÇO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

Decreto Municipal nº 10.148, de 28 agosto 2023 - PREFEITURA

REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES NO FORMATO DIGITAL PELO SISTEMA “APROVA SANTOS”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

Lei Complementar Municipal nº 1.187, de 30 dezembro 2022 - PREFEITURA

DISCIPLINA O ORDENAMENTO DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO NA ÁREA INSULAR DO MUNICÍPIO DE SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

Lei Complementar Municipal nº 1.196, de 24 março 2024 - PREFEITURA

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTOS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 140, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Risco de interdição

Governança

Lei Municipal nº 4.525, de 19 agosto 2024 - PREFEITURA

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL DE SANTOS – FMSBA/SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Oportunidade

Governança

Lei Complementar Municipal nº 1.160, de 04 abril 2022 - PREFEITURA

DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NOS LOCAIS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

PRAGAS E VETORES

Risco de fiscalização

Ambiental

Lei Complementar Municipal nº 793, de 14 janeiro 2013 - PREFEITURA

DISCIPLINA A EXIGÊNCIA DO ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV, CRIA O ATESTADO DE CONFORMIDADE DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

EIV - ESTUDO DE IMPACTO DA VIZINHANÇA (RUIDO, ODOR, POLUIÇÃO)

Risco de interdição

Ambiental

Lei Complementar Municipal nº 916, de 28 dezembro 2015 - PREFEITURA

ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 793, DE 14 DE JANEIRO DE 2013, QUE DISCIPLINA A EXIGÊNCIA DO ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV, CRIA O ATESTADO DE CONFORMIDADE DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

EIV - ESTUDO DE IMPACTO DA VIZINHANÇA (RUIDO, ODOR, POLUIÇÃO)

Risco de interdição

Ambiental

Decreto Municipal nº 10.522, de 13 agosto 2024 - PREFEITURA

DISPÕE SOBRE O TRANSPORTE DE CARGAS SUPERDIMENSIONADAS POR VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTOS.

FROTA PRÓPRIA

FROTA DE GRANDE E MÉDIO PORTE (CAMINHÕES E MÉDIOS DE CARGA)

Risco de multa

Ambiental

Lei Complementar Municipal nº 906, de 08 outubro 2015 - PREFEITURA

DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS QUE ARMAZENAM, COLETAM E COMERCIALIZAM RESÍDUOS E SUCATAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Risco de fiscalização

Ambiental

Lei Complementar Municipal nº 1.169, de 02 maio 2022 - PREFEITURA

ALTERA OS INCISOS II E IV DO ARTIGO 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS
Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Complementar Municipal nº 1.272, de 26 junho 2024 - PREFEITURA

ACRESCENTA O ARTIGO 5º-A À LEI COMPLEMENTAR Nº 906, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015, QUE DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS QUE ARMAZENAM, COLETAM E COMERCIALIZAM RESÍDUOS E SUCATAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA DO TERCEIRO SETOR
Risco de interdição
Governança

Lei Municipal nº 1.725, de 29 dezembro 1998 - PREFEITURA

Altera dispositivos da lei nº 1.668, de 09 de abril de 1998, e dá outras providências.

INFRAÇÃO E PENALIDADE
FISCALIZAÇÃO E INFRAÇÃO AMBIENTAL
Risco de multa
Governança

Lei Municipal nº 4.028, de 06 junho 2022 - PREFEITURA

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SANTOS, E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Oportunidade
Governança

BRASIL > São Paulo > São Paulo

Decreto Municipal nº 63.745, de 12 setembro 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre o Programa de Crédito e Apoio ao Empreendedorismo - PMAE no Município de São Paulo, nos termos previstos pelo art. 33 da Lei nº 15.838, de 4 de julho de 2013, bem como consolida a regulamentação da matéria no âmbito municipal.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
Oportunidade
Social

BRASIL > Sergipe

Lei Estadual nº 9.526, de 30 agosto 2024 - GOVERNO

Institui a Política Estadual de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantojuvenil, e dá providências correlatas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
Oportunidade
Social

Decreto Estadual nº 776, de 29 agosto 2024 - GOVERNO

Institui o Pacto Estadual de Prevenção aos Femicídios, e dá providências correlatas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Risco de fiscalização
Governança

BRASIL > Tocantins > Palmas

Decreto Municipal nº 2.568, de 22 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre as regras para criação e funcionamento de ambiente regulatório controlado denominado "Sandbox Regulatório de Palmas", nos termos que especifica.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Oportunidade
Governança

Lei Complementar Municipal nº 436, de 13 setembro 2024 - PREFEITURA

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 287, de 28 de novembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo regularizar edificações concluídas ou parcialmente concluídas, e adota outras providências.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

USO DO SOLO - ZONA URBANA

Oportunidade

Governança